

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1977)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1989)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Bagunça na Petrobras



Empresa terá o 10.º presidente em dez anos se Lula fizer mesmo a mudança que pretende, o que por si só basta para mostrar a falta de seriedade com que se trata a principal empresa do País

Quando estiver sacramentada a mudança no comando da Petrobras – medida que entrou em contagem regressiva, de acordo com os sinais emitidos de Brasília –, a empresa terá alcançado a incrível e inquietante marca de dez presidentes em dez anos. Diante de rodízio tão frenético de CEOs, movido pela voracidade igualmente intensa de políticos interessados em se aproveitar da empresa, é quase um assombro que a companhia mantenha bons resultados.

A surpresa só não é total por causa de

dois fatores básicos: primeiro, o domínio da tecnologia desenvolvida pela Petrobras para pesquisa, exploração e produção de petróleo em águas ultraprofundas; segundo, as amarras de governança criadas depois do escândalo de corrupção da Lava Jato, operação deflagrada também há dez anos. Em razão dessa blindagem, os diferentes executivos que se sucederam não conseguiram atender integralmente aos anseios do Palácio do Planalto sob vários presidentes.

Embora alguns deles – caso do atual, Lula da Silva – se considerem os verdadeiros donos da Petrobras, não custa

ressaltar que este não seria o caso mesmo que a companhia fosse integralmente estatal, condição que a colocaria como propriedade da União, ou seja, do povo brasileiro. Como se sabe, a Petrobras é uma companhia mista, com participação da União e da iniciativa privada, e aí está o seu infortúnio, porque esta é uma verdade apenas em teoria. Por força de pressões governamentais, na prática a empresa acaba atuando como estatal. A depender do governo de plantão, às vezes mais, às vezes menos. A fase atual é de desabrida intervenção.

A fritura do atual presidente, Jean Paul Prates, ocorre apesar de ele seguir a cartilha petista, partido pelo qual se elegeu senador, e a despeito de seu empenho na reintegração de partes da empresa que foram privatizadas, como refinaria e distribuidora. Isso sem falar em sua mal-ajabrada mudança na política de preços dos combustíveis, que nada mais fez do que retirar qualquer critério compreensivo das decisões de reajuste.

Mas o executivo pecou ao não endossar o máximo exigido pela gestão lulopetista no caso da retenção dos dividendos extraordinários aos acionistas da Petrobras. Foi este o “deslize” que deu a seu adversário de primeira hora, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o capital político necessário para sair na frente na tarefa de agradar ao chefe, o mesmo que descreveu o mercado financeiro – que representa os acionistas privados – como um “dinossauro voraz que quer tudo para ele”.

Esqueceu-se o presidente de que esse capital “jurássico” contribuiu fortemente para manter a saúde financeira da empresa que, mesmo com os baques

sofridos a cada golpe intervencionista do governo, vale R\$ 502 bilhões na Bolsa de Valores nacional. A União detém 36,6% das ações. Para agir da forma como pretende, ignorando os interesses dos investidores privados “vorazes”, bastaria ao governo Lula da Silva comprar os 63,4% restantes. Como não dispõe de recursos para isso, que siga a dinâmica do mercado.

Mas o que se vê na relação do governo federal com a Petrobras é uma esculhambação que se arrasta há anos, com uma breve interrupção na gestão de Pedro Parente, entre 2016 e 2018, período em que foram revistos os critérios de governança da empresa. Parente foi nomeado pelo então presidente Michel Temer logo após o impeachment de Dilma Rousseff – cuja gestão voluntarista e intervencionista deixou a Petrobras à beira de quebrar, com uma dívida mais de cinco vezes superior a seu caixa.

A corrupção desbragada teve sua parcela na derrocada, sem dúvida, mas o que mais contribuiu para a situação claudicante da empresa foram as decisões baseadas unicamente em interesses políticos, como o congelamento de preços da gasolina e a compra de refinarias, que impuseram prejuízos enormes. A Petrobras perdeu o grau de investimento no mercado internacional, credibilidade e investidores. Caiu do 1.º para o 5.º lugar na Bolsa.

Num momento em que a mão do Estado recai, mais uma vez, pesada e implacável sobre a empresa, é importante recordar as consequências dessa política insana. Talvez seja o momento de a sociedade debater se deseja manter a Petrobras como estatal. ■

O exemplo eloquente da Embraer

Enquanto a política industrial do governo investe no protecionismo e no dirigismo, a Embraer importa quase todos os componentes de seus aviões e compete de igual para igual no mundo

A Embraer está voando alto. O lucro líquido cresceu 13% em 2023: US\$ 164 milhões, o maior em cinco anos. Todas as unidades de negócio tiveram crescimento no volume de entregas, o maior desde 2019, e na receita: US\$ 5,2 bilhões, 16% acima de 2022. A expectativa para 2024 está entre US\$ 6 bilhões e US\$ 6,4 bilhões.

O caso é pedagógico no momento em que o governo encarrilha sua “nova” política industrial, batendo bumbo para mais do mesmo: Estado “indutor” (via subsídios, isenções, barreiras tarifárias, exigências de conteúdo local), quando não “empresário” (via estatais) – e, claro, muita saliva e chumbo grosso contra o diabólico “mercado”.

Quando a Embraer foi privatizada, em 1994, estava quebrada. Hoje é uma

das maiores empresas do mundo num nicho de tecnologia de ponta ultracompetitivo. Uma das maiores exportadoras industriais do Brasil, a Embraer é também grande importadora. Sem exigências de conteúdo local, 80% dos componentes de seus aviões são importados.

Não se trata de demonizar incentivos à indústria – eles podem ser pertinentes em circunstâncias excepcionais para setores específicos, com diagnósticos, metas e monitoramento precisos. Tampouco se trata de elevar a privatização a uma panaceia, mas de reconhecer, conforme a Constituição, que estatais devem ser exceção e atuar no mercado nas mesmas condições de uma pessoa jurídica de direito privado, sem desvios ou privilégios.

Para a mentalidade desenvolvimen-

tista do lulopetismo, caudatária da ditadura Vargas e da ditadura militar, o Estado indutor e empreendedor é a panaceia, quando deveria ser um remédio excepcional para circunstâncias excepcionais, as ditas “falhas de mercado”.

Nesses casos, o Estado suplementaria funções que o mercado não cumpre adequadamente. É o que se alega, por exemplo, no caso dos monopólios naturais (como o abastecimento de água num município), ou da produção de bens que geram externalidades positivas para toda a sociedade (como pesquisas científicas), ou de mercados incompletos (como créditos para atividades não servidas pelos bancos), ou de estímulos a regiões subdesenvolvidas.

Mas a literatura e a experiência econômica mostram que, para corrigir essas falhas, estatais não são necessariamente a única nem a melhor opção. No Brasil, via de regra, são a pior, porque os governantes, por incompetência ou interesse, dão livre vazão às “falhas de governo”. As estatais são ambiente fértil para capturas políticas e, mesmo quando não há desvio ou corrupção, há inúmeros incentivos à gestão ineficiente, como limites legais à possibilidade de falência, salvaguardas com o dinheiro do contribuinte, regimes de trabalho nos moldes do serviço público ou monopólios blindados pelo Estado.

O Brasil tem mais empresas controladas direta ou indiretamente pelo Es-

tado do que qualquer uma das 36 nações da OCDE – um fórum das democracias avançadas. Boa parte deveria ser desestatizada ou liquidada. As pertinentes precisariam ser blindadas de interferências político-partidárias espúrias. A Lei das Estatais de 2016 fez algum progresso para robustecer a transparência, controles internos, gestão de risco e governança. Mas o Executivo, às vezes com a conivência do Legislativo ou do Judiciário, manobra para erodir essa disciplina. E muito ficou por fazer.

No curto prazo seria preciso criar uma política de gestão que inclua justificativas mais claras para a participação do Estado em empresas e fortaleça os conselhos de administração. Nomeações e demissões de conselheiros e executivos deveriam ser condicionadas a um órgão de Estado, não de governo. Também são necessárias tipificações mais rigorosas para a ingerência ilícita na autonomia dos conselhos de sociedades de economia mista.

Enquanto isso, o governo intervém na Petrobras, por exemplo, para forçar investimentos em atividades ociosas ou onerosas, como refinarias ou estaleiros. A economia segue dando voos de galinha sob a mão pesada do Estado, enquanto a mão invisível do mercado lança empresas como a Embraer às alturas. Mas, se dependesse de Lula, a Embraer já teria sido reestatizada. ■